

A Retórica Política de Itamar Franco na Reconstrução da Legitimidade Presidencial

The Political Rhetoric of Itamar Franco in the Reconstruction of Presidential
Legitimacy

Miguel Vieira

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Resumo

O artigo investiga como Itamar Franco mobilizou o discurso político como instrumento de reconstrução de legitimidade no contexto de sua ascensão à presidência do Brasil, em meio à crise institucional provocada pelo impeachment de Fernando Collor. A partir da análise de pronunciamentos-chave realizados entre 1992 e 1994, com destaque para as mensagens ao Congresso Nacional e intervenções diplomáticas, busca-se compreender os sentidos atribuídos a noções como justiça social, soberania, responsabilidade fiscal e projeto nacional. A abordagem adota uma leitura histórico-contextual da retórica presidencial, inspirada na Nova História Política e na análise dos usos simbólicos da linguagem, destacando as tensões presentes nos discursos em um cenário de instabilidade e coalizões frágeis. Sem pretensão de avaliar políticas públicas ou resultados objetivos, o texto centra-se na dimensão simbólica do poder e nas estratégias discursivas empregadas para reposicionar a autoridade presidencial. Ao acompanhar as palavras que moldaram esse momento político, o estudo propõe uma leitura crítica sobre os limites da moralização da política como caminho para restaurar a confiança democrática.

Palavras-chave: Itamar Franco; discurso político; Congresso Nacional; legitimidade presidencial.

Abstract

This article investigates how Itamar Franco mobilized political rhetoric as a tool for reconstructing legitimacy in the context of his rise to the presidency of Brazil, amid the institutional crisis triggered by the impeachment of Fernando Collor. Based on the analysis of key speeches delivered between 1992 and 1994—particularly presidential messages to the National Congress and diplomatic interventions—the study aims to understand the meanings attributed to notions such as social justice, sovereignty, fiscal responsibility, and national

development. The approach adopts a historical and contextual reading of presidential rhetoric, drawing from the New Political History and the analysis of the symbolic uses of language, highlighting the tensions embedded in discourse during a period of political instability and fragile coalitions. Without seeking to assess public policies or objective outcomes, the article focuses on the symbolic dimension of power and the discursive strategies employed to reposition presidential authority. By following the words that shaped this political moment, the study offers a critical reflection on the limits of political moralization as a path to restoring democratic trust.

Keywords: Itamar Franco; political discourse; National Congress; presidential legitimacy.

Introdução

Em 30 de novembro de 1992, diante de uma nação ainda perplexa com a queda de seu presidente eleito por voto direto, Itamar Franco subiu ao Palácio do Planalto e se dirigiu à rede nacional de rádio e televisão. Ao invocar a “união de todos” e denunciar o “capitalismo selvagem que empobrecia o país” (Franco, 1992, p. 8), deu início a um ciclo de discursos que buscavam restaurar a confiança pública nas instituições e demarcar um afastamento simbólico do governo deposto. Essa cena inaugural, marcada por um tom de conciliação, mas também por um forte apelo ético, condensava os desafios de um presidente que, sem capital eleitoral próprio, precisaria articular autoridade política em meio a um sistema fragmentado, à crise econômica e à instabilidade institucional que definiram os primeiros anos da chamada Nova República.

Partindo da análise de pronunciamentos centrais de Itamar Franco entre 1992 e 1994 com destaque para as mensagens ao Congresso Nacional e falas diplomáticas, este artigo investiga como o então presidente construiu, palavra por palavra, um repertório retórico sustentado por categorias como justiça social, soberania nacional, responsabilidade fiscal e modernização. Em contextos de crise, o discurso presidencial ganha um papel estratégico: redefine prioridades, organiza o campo político e oferece à sociedade um mapa moral da conjuntura. No Brasil, não é raro que momentos de ruptura institucional venham acompanhados de retóricas de moralização, da “limpeza” de 1964 ao combate à “velha política” em 2016. Nesse percurso, a experiência de Itamar ocupa uma zona intermediária, muitas vezes tratada como breve parêntese, mas que revela com nitidez as contradições de um projeto que buscava moralizar a política sem romper com os compromissos do presidencialismo de coalizão.

Ao adotar esse recorte estritamente discursivo, evitamos prometer mais do que o material permite. Não reconstruiremos negociações de bastidores, nem avaliaremos os resultados objetivos das políticas implementadas. Tampouco faremos uso de métricas quantitativas de análise da linguagem. Nosso foco permanece nas palavras que moldaram ou pretenderam moldar a percepção pública de um governo que precisava justificar sua existência, reposicionar a figura presidencial e dialogar com diferentes audiências num momento de transição delicada. Essa escolha metodológica se insere no campo da Nova História Política, ao valorizar as representações e reconhecer a distância, sempre tensa, entre o que se enuncia e o que se realiza. Como lembra René Rémond, a política é também uma luta por classificações

simbólicas. Cabe, então, indagar como Itamar procurou classificar a si mesmo, ao país e aos adversários, e que conflitos emergiram desse esforço.

A relevância deste estudo reside em iluminar uma transição que costuma ser vista como tecnicamente eficiente, mas politicamente secundária. Ao rastrear as categorias discursivas mobilizadas por Itamar: “conciliação”, “rigor”, “pacto federativo”, “integração regional”, buscamos compreender como sua retórica construiu um projeto de Estado ao mesmo tempo ético e desenvolvimentista, ainda que colidisse, muitas vezes, com o arcabouço partidário e os arranjos de governabilidade que o sustentavam. Seu discurso ensaiava a promessa de estabilidade com justiça social, mas enfrentava os limites das barganhas e da lógica distributiva que marcam a rotina da política brasileira. Ler esses discursos, portanto, não é buscar coerência programática ou um legado unívoco, mas sim acessar um espelho das possibilidades e constrangimentos que rondam qualquer tentativa de moralizar a política a partir do Palácio do Planalto.

Um governo nascido da crise: o contexto singular da presidência de Itamar Franco

A emergência do governo Itamar Franco em 1992 não pode ser compreendida como um simples desdobramento institucional da renúncia de Fernando Collor de Mello. Trata-se, antes, de um momento-limite na Nova República, em que a erosão acelerada da legitimidade presidencial, provocada pelo estilo do antecessor e o escândalo PC Farias, arrastou consigo não apenas um projeto político, mas a própria crença na estabilidade democrática recém-conquistada. O impeachment de Collor, embora conduzido por vias institucionais, revelou complexidades do presidencialismo de feição personalista, desprovido de articulação programática estável e marcado por uma lógica de governabilidade pouco comprometida com as mediações republicanas. Nesse vazio, Itamar Franco assumiu a chefia do Estado carregando tanto a desconfiança quanto a expectativa de recomposição da autoridade presidencial e da moralidade pública.

Ao contrário do antecessor, projetou desde o início uma presidência moderada, cuja força repousava menos no carisma individual e mais na capacidade de reconstruir pontes com o Congresso, os partidos e a sociedade civil. O que se instaurou, portanto, foi um tipo de liderança marcada por uma postura republicana discreta, avesso ao espetáculo midiático e centrado em uma gramática simbólica de austeridade e contenção. Como observa Costa (2000), sua figura contrastava radicalmente com o estilo tecnocrático e exibicionista de Collor, revelando uma estética política que valorizava o ordinário, o nacional e o social. Yazbeck

(2011) argumenta que a figura de Itamar foi ressignificada pela mídia como símbolo de um político ‘do interior’, não espetacularizado, o que reforçou a estética da moderação analisada por Oliveira (2022). Esse contraste não se restringia à forma: representava uma inflexão concreta no modo de governar, centrada na busca de legitimidade por meio da negociação interinstitucional, da reconstrução simbólica da autoridade presidencial e da retomada da centralidade do Parlamento.

Essa nova gramática da autoridade só pôde se consolidar porque o novo presidente compreendeu, com perspicácia, que sua posição não lhe conferia carta branca para inaugurar um projeto pessoal de poder. Como bem argumenta Sallum Jr. (2021), sua atuação foi marcada pela tentativa de conciliar convicções com as exigências de uma ampla coalizão multipartidária, conformada inicialmente em torno do impeachment, e convertida em sustentáculo de um governo de transição e reconstrução. A expressão cunhada por Abranches (2018, p. 149), “coalizão de rescaldo”, revela não apenas a precariedade inicial dessas alianças, mas também o papel fundamental de figuras como Henrique Hargreaves, que souberam articular uma governabilidade programática em meio ao esgotamento das lógicas tradicionais de apoio parlamentar. O próprio Itamar, em suas mensagens ao Congresso, reconhecia as limitações do presidencialismo personalista, reafirmando que, em momentos de crise, o chefe de Estado deve muitas vezes renunciar a suas convicções individuais em favor da vontade coletiva da nação (Franco, 1994, p. XIII).

Se por um lado o novo presidente se viu forçado a ceder em nome da governabilidade, por outro não abdicou de afirmar princípios éticos e sociais que marcaram sua trajetória. Desde sua primeira fala como presidente interino, até seus discursos mais programáticos, insistiu na necessidade de se combater a falsa modernidade, aquela que se realiza às custas da dignidade dos mais pobres, e de se promover um crescimento com equidade (Franco, 1993, 1994, 2008). Como destaca Costa (2000, p. 269), para Itamar, o moderno era o social, e sua crítica ao modelo anterior não se limitava à denúncia das práticas corruptas, mas alcançava a própria racionalidade excludente do projeto liberal de Collor.

Esse reposicionamento simbólico da Presidência, na recusa à espetacularização da figura presidencial e na valorização da sobriedade como forma de autoridade, deve ser lido, nos termos de Bourdieu (1996), como uma disputa no campo político em torno dos esquemas legítimos de percepção da autoridade. A contenção estética não foi mero capricho, mas uma estratégia de reconfiguração do habitus presidencial, fundada na racionalidade legal, mas ancorada em uma economia simbólica da moderação. Nesse sentido, sua presidência foi atravessada por um esforço contínuo de reconstrução da legitimidade, que envolvia tanto os

gestos cotidianos quanto a gramática moral dos discursos. Essa estratégia se insere no movimento de reinvenção da autoridade presidencial em momentos de crise, como destacam Pinto (2011) e Filgueiras (2008), sendo a ética convocada como ferramenta de reconstrução simbólica, e não necessariamente como ruptura estrutural.

Não se trata de idealizar seu governo, tampouco de ignorar as contradições que o atravessaram, como as dificuldades de articulação política, a instabilidade ministerial e os recuos em determinadas áreas. Entretanto, como argumentam os estudos mais recentes (Sallum Jr., 2021; Abranches, 2018; Oliveira, 2022), é inegável que Itamar Franco produziu uma inflexão decisiva na lógica da Presidência brasileira. Sua opção por um governo que valorizava a Constituição, o Parlamento e a ética pública, em um momento sensível da nova república, forneceu os alicerces simbólicos e institucionais que permitiram a elaboração e aprovação do Plano Real (Dantas, 2024; Sallum Jr., 2015). Ao projetar um governo que, ainda que breve, ofereceu estabilidade, diálogo e moderação, Itamar se tornou, paradoxalmente, o mais institucional dos presidentes surgidos da instabilidade.

Palavras que moldam: o Brasil contado por Itamar Franco

As mensagens de abertura do ano legislativo realizadas por Itamar Franco no Congresso Nacional durante sua presidência nos anos de 1993 e 1994, entre outros discursos analisados, são documentos de grande relevância para entender as prioridades e estratégias que orientaram sua atuação política. Esses discursos vão além de um rito formal, oferecendo perspectivas das preocupações centrais do governo e das políticas que pretendia implementar. Representam momentos-chave em que o político delineava publicamente suas intenções e sinalizava ao Legislativo e à sociedade os caminhos que pretendia seguir para enfrentar os desafios de seu mandato.

A análise dos discursos apresenta algumas camadas, e segundo Prost (1996), possibilita identificar as estratégias retóricas e as tensões entre o que é proclamado e o que é efetivamente viável. Em contextos de transição ou conflito, como a ascensão de Itamar à Presidência em 1992 em meio a um impeachment, sua atuação no Senado durante a Ditadura Civil-Militar e posteriormente a redemocratização e os embates quando governador de Minas Gerais, essa discrepância se torna ainda mais perceptível. Bernstein (1996) aprofunda essa perspectiva ao destacar o “intervalo” entre o discurso oficial e a realidade social, noção que permite analisar as dificuldades do político em concretizar parcialmente ou integralmente seus ideais. Dessa forma, com a análise discursiva vamos investigar como o personagem construiu e mobilizou

narrativas políticas em distintos momentos históricos, bem como os desafios e contradições presentes nessa dinâmica.

O primeiro pronunciamento como presidente da República à nação se deu através do rádio e TV, no Palácio do Planalto em 30 de novembro de 1992. Foi marcado por um discurso de conciliação e revalorização do papel do Estado como mediador dos interesses sociais e econômicos. Desde o início, a escolha de palavras como "união de todos" e "trabalho comum" estabelece um tom de apelo à coesão nacional, posicionando-se como uma liderança disposta a reconstruir a confiança do povo em meio a uma crise de legitimidade política. Tomando a Constituição Cidadã como princípio chamou atenção para a razão do Estado nacional: “construir uma sociedade livre, justa e soberana; garantir o desenvolvimento, acabar com a pobreza, eliminar as desigualdades entre os homens e entre as regiões do País, promover o bem-estar de todos, sem preconceitos nem discriminações de qualquer natureza” (Franco, 2008, p. 10). Traça uma linha clara de ruptura com o discurso neoliberal predominante no governo anterior, propondo uma "modernização" com um caráter ético e social.

Um ponto central em sua fala é a crítica à “falsa modernidade”, que, segundo ele, resultou em retrocessos econômicos e sociais. Constrói uma narrativa que em certa medida contrapõe crescimento econômico e justiça social, sugerindo que os últimos anos foram marcados por uma política que beneficiou poucos e empobreceu muitos. Em certo momento do discurso adverte: “há ainda, entre nós, praticantes de um capitalismo selvagem, anacrônico, depredador. São os apressados em reunir e dissipar fortunas” (Franco, 2008, p. 12). O uso de dados estatísticos, como a redução de quase 10% no PIB per capita nos três anos anteriores, não é apenas uma estratégia de legitimação de sua crítica, mas também uma escolha que reforça o caráter fundamentado de sua análise. Essa abordagem posiciona o presidente como alguém comprometido com a transparência e com a busca por soluções estruturais, sem recorrer a “choques” ou medidas paliativas.

As previsões estatísticas anunciam que o Produto Interno Bruto do Brasil será, amanhã, dia 31 de dezembro de 1992, três vírgula sete por cento menor do que o PIB que registramos em 31 de dezembro de 1989. Como nestes três anos a população aumentou, a redução per capita registrada é de quase dez por cento. Em suma: o lema da modernidade, tão proclamada, empobreceu o país dez por cento em apenas trinta meses (Franco, 2008, p. 11).

A centralidade atribuída à questão social no discurso reflete um ethos humanista. A metáfora de "olhar nos olhos" dos brasileiros mais pobres “como vemos nossos próprios filhos” evidencia uma tentativa de construir empatia e solidariedade como bases de um projeto nacional. Essa escolha discursiva revela o esforço em distanciar-se de um modelo tecnocrático e desumanizado de governança, buscando reorientar a política econômica para atender às

demandas de um país profundamente desigual. Demonstrando consciência com questões que assolam especialmente os mais pobres, reconhece como presidente o medo que o Estado muitas vezes impõe, substituindo a justiça pela violência. Reconhece também a importância do monopólio da força e a necessidade do cumprimento da lei, mas adverte sobre o banditismo a ser combatido: “é também preciso reconhecer que eles não surgem do acaso, nem se alimentam apenas da criminalidade organizada. A criminalidade encontra os meios de sua realização porque o Estado se ausentou das regiões de pobreza” (Franco, 2008, p. 11).

Na fala do presidente há uma tensão implícita: enquanto apela para a união e a cooperação, com um discurso diplomático, recorrentemente demonstra sua insatisfação com os privilégios do capital econômico no Brasil. Assim, faz a defesa de juros mais baixos e do ajuste fiscal como pilares para a recuperação econômica. Ao abordar a “ilusão” dos juros elevados para refinar a dívida pública, critica a política monetária anterior, que privilegiava o sistema financeiro em detrimento das atividades produtivas. No entanto, evita uma ruptura abrupta, propondo uma redução gradual das taxas como parte de uma política mais ampla e equilibrada. A ênfase em "rigorosa seleção dos gastos públicos", com prioridade para critérios sociais e de infraestrutura, sugere um pragmatismo que busca equilibrar demandas de austeridade e justiça social.

A política de modernidade e de combate à inflação não pode ser fundada na manutenção de juros altos. A taxa real de juros, paga para refinar a dívida pública mobiliária federal, ou seja, para rolar os títulos em poder da rede bancária, era, até recentemente, de dois vírgula dois por cento ao mês, ou de quase trinta por cento ao ano (Franco, 2008, p. 12).

No que diz respeito às privatizações, o presidente adota uma postura conciliadora, mas cautelosa. Ele reconhece o processo, valorizando o comércio externo e falando da importância da reciprocidade nas relações. O que vai enfatizar é que deve ser conduzido com ética e cuidado para evitar prejuízos à nação. Essa posição reflete um pragmatismo político que reconhece a força do processo já iniciado no Brasil, com as pressões internacionais e domésticas por reformas estruturais, mas ao mesmo tempo coloca ressalvas chamando atenção para os interesses estratégicos da nação. “Proseguiremos, sem açoitamento, mas sem pausas, o processo de privatização de empresas estatais, cujo controle não seja exigido pelas razões estratégicas” (Franco, 2008, p. 13). A uma promessa no sentido de evitar decisões arbitrárias e garantir estabilidade nas regras econômicas. Com isso, faz um aceno claro à busca por confiança entre os agentes econômicos, evidenciando também uma preocupação com a previsibilidade e a transparência das ações governamentais.

O presidente articula também uma visão internacionalista, ao reafirmar o compromisso

do Brasil com o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e a integração latino-americana, algo muito recorrente em seus discursos. Não por acaso vai dizer que a desejada integração na sociedade mundial: “(...) pressupõe a nossa própria integração. A associação com os países meridionais não será apenas a integração do Sul do País com o Sul do Continente, mas, sim, a integração do Brasil como um todo com seus vizinhos austrais” (Franco, 2008, p. 14). Essa escolha reflete uma compreensão estratégica do papel do Brasil em um cenário global em transformação, especialmente no contexto do pós-Guerra Fria e da formação de blocos econômicos regionais. Ao mesmo tempo, destaca a necessidade de enfrentar as desigualdades regionais internas e propõe um novo pacto federativo como solução. Essa proposta revela uma visão descentralizadora, que busca fortalecer Estados e Municípios, que segundo o presidente se trata de libertar o Governo Federal para o “cumprimento de seus deveres mais altos” (Franco, 2008, p. 14).

Passados os primeiros meses do mandato de Itamar Franco, delineou-se com maior clareza a orientação internacional de seu governo. Conforme destacam Hirst e Pinheiro (1995, p. 11), “o que se percebeu foi a manutenção das políticas iniciadas anteriormente, paralelamente à adoção de um posicionamento marcado pela condição de país em desenvolvimento”. Os autores apontam que, nesse contexto, decisões específicas da diplomacia brasileira tornaram-se emblemáticas do novo projeto de inserção internacional, como a atuação nos foros políticos multilaterais, a reafirmação dos compromissos já assumidos de não-proliferação nuclear, o aprofundamento da integração regional, a “desdramatização” das relações com os Estados Unidos, a continuidade das alterações promovidas pelo governo anterior no âmbito da Rodada Uruguai e a aproximação com países considerados pares potenciais na comunidade internacional, como China, Índia, Rússia e África do Sul.

Passados os primeiros meses do mandato de Itamar Franco, delineou-se com maior clareza a orientação internacional de seu governo. Conforme destacam Hirst e Pinheiro (1995, p. 11), “o que se percebeu foi a manutenção das políticas iniciadas anteriormente, paralelamente à adoção de um posicionamento marcado pela condição de país em desenvolvimento”. Os autores apontam que, nesse contexto, decisões específicas da diplomacia brasileira tornaram-se emblemáticas do novo projeto de inserção internacional, como a atuação nos foros políticos multilaterais, a reafirmação dos compromissos já assumidos de não-proliferação nuclear, o aprofundamento da integração regional, a “desdramatização” das relações com os Estados Unidos, a continuidade das alterações promovidas pelo governo anterior no âmbito da Rodada Uruguai e a aproximação com países considerados pares potenciais na comunidade internacional, como China, Índia, Rússia e África do Sul.

Após os primeiros meses de governo, Itamar Franco começou a imprimir uma marca própria à política externa brasileira, sem, no entanto, romper com diretrizes anteriores. Conforme analisam Hirst e Pinheiro (1995), o novo governo optou por preservar compromissos diplomáticos já assumidos, ao mesmo tempo em que passou a enfatizar sua condição de país em desenvolvimento. Essa orientação se traduziu em escolhas estratégicas que buscavam consolidar uma inserção internacional mais ativa e multifacetada. Entre as principais iniciativas estiveram a intensificação da participação do Brasil em fóruns multilaterais, a reafirmação do compromisso com a não-proliferação nuclear, o fortalecimento da integração regional, a suavização das tensões com os Estados Unidos, a manutenção dos avanços obtidos na Rodada Uruguai e o estreitamento das relações com países emergentes como China, Índia, Rússia e África do Sul, todos elementos que indicam uma tentativa de reposicionar o Brasil de forma mais autônoma e estratégica no cenário global.

Nesse 1º discurso, a mensagem contempla grupos e setores diversos da sociedade brasileira, com uma forte ênfase no compromisso com a inclusão social. O presidente reconhece as dificuldades dos idosos, das mulheres, jovens e crianças marginalizadas, oferecendo promessas de melhorias nas políticas sociais, incluindo saúde, educação e igualdade de oportunidades. Valoriza o trabalho rural, com foco na agropecuária e na reforma agrária, enquanto busca combater a sonegação fiscal e reduzir tarifas de energia para os mais vulneráveis. Também destaca a importância da intelectualidade e da pesquisa científica para reduzir a distância em relação aos países mais avançados. Além disso, chama a atenção para o papel das Forças Armadas na defesa do país, enquanto reforça a necessidade de valorizar os professores e respeitar o trabalho das organizações religiosas no combate às desigualdades. Essas propostas revelam um esforço abrangente para reconstruir e fortalecer o Brasil, com um enfoque na justiça social, no respeito aos direitos e no fortalecimento das instituições.

Em síntese, o discurso inaugural de Itamar Franco combina um tom conciliador com um posicionamento crítico frente ao legado recente. Ao mesmo tempo, apresenta uma visão pragmática e cautelosa para lidar com os desafios estruturais do Brasil. Suas escolhas discursivas e propostas políticas revelam um compromisso em restaurar a confiança na presidência e na capacidade do Estado de atuar como promotor do desenvolvimento equilibrado e inclusivo, sem abrir mão de um realismo que reconheça os limites e as contradições do cenário político e econômico nacional. Nesse sentido encerra o discurso dizendo: “Pretendo dizer à Nação que se encerrou, e esperamos, para sempre, a época de Chefes de Estado com poderes imperiais, para começar a era da responsabilidade dividida, e não somente de direito, entre o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, na administração do País

(...)” (Franco, 2008, p. 17).

Mais adiante, no discurso de abertura do ano legislativo no Congresso Nacional em 1993, revela um esforço consciente diante da classe política de distanciamento em relação ao governo de Fernando Collor, ao mesmo tempo em que buscava reconstruir a confiança da população e do parlamento na administração pública. Essa reconstrução se dá em um cenário delicado, onde a necessidade de reconectar o Estado com os cidadãos e corrigir as "injustiças seculares" torna-se central em sua retórica. O texto reflete a complexidade de seu governo, marcado por um equilíbrio entre a continuidade de políticas anteriores e a tentativa de imprimir sua marca, mais nacionalista e comprometida com uma justiça social concreta.

Um aspecto central do discurso é o esforço para diferenciar sua liderança, apesar de ter sido vice-presidente de Collor. Ele faz isso ao enfatizar a gravidade da crise herdada, atribuindo ao Congresso Nacional um papel essencial na restauração da legalidade e na superação do "desânimo" e da "revolta" que pairavam sobre o país. Essa abordagem não apenas sublinha o contraste com o governo anterior, mas também busca reforçar sua legitimidade ao valorizar a institucionalidade. Em suas palavras, o impeachment foi conduzido dentro dos "ritos constitucionais", uma afirmação que procura tanto pacificar as tensões quanto reafirmar o compromisso com a ordem democrática.

O tom conciliador do discurso também transparece em sua ênfase na colaboração entre os poderes. Ao destacar a "patriótica contribuição do Parlamento" e a importância da revisão constitucional, sugere um modelo de governança que privilegia o diálogo e a mediação de interesses, em oposição ao estilo mais centralizador adotado anteriormente. Sua ênfase no trabalho conjunto, no entanto, não é apenas um apelo genérico; ela carrega uma crítica à gestão anterior, que falhou em construir pontes com o legislativo e com setores importantes da sociedade. Além disso, demarca sua posição ao abordar seu entendimento sobre o espaço nacional, que somente exercendo poder sobre ele, não o privatizando, será possível desenvolver parcerias e interlocuções recíprocas e benéficas para os interesses brasileiros (Franco, 1993, p. XII).

O presidente adota uma postura que equilibra o pragmatismo econômico com uma defesa intransigente do patrimônio público. Embora reconheça a necessidade de transferir para a iniciativa privada certas empresas estatais que não são "convenientes" ao governo administrar, ele rejeita o "pragmatismo discutível" que justificaria a alienação indiscriminada de ativos nacionais. Não por acaso, afirma: “recusamos o argumento simplista de que é melhor doá-las do que explorá-las” (Franco, 1993, p. XIII). Em contraste ao governo anterior, propõe um modelo que protege setores estratégicos da economia e assegura a "leal competição" entre

empreendedores, ao mesmo tempo em que preserva direitos fundamentais, como a justa remuneração dos trabalhadores e a proteção ao consumidor. Em certo momento do discurso vai dizer:

Não há que discutir a liberdade dos mercados. Eles devem estar, no entanto, protegidos daqueles que pretendam dominá-los mediante a opressão dos monopólios e a associação de produtores e comerciantes em cartéis. A experiência de todos os povos, em todos os tempos, é nisso exemplar. **Se o Estado não assume seu papel regeedor, os agentes produtivos acabam atuando em anárquicos campos de disputa, tendo como resultado a inflação, o descontentamento dos consumidores, a sonegação fiscal e a desagregação da sociedade nacional** (Franco, 1993, p. XII, destaque do autor).

Ao afirmar que o Estado falhou em seus deveres fundamentais, permitindo o surgimento de "ilhas corporativas" que perpetuam privilégios, ele se posiciona como um reformista moderado, interessado em um Estado mais justo e eficiente. Essa crítica ao corporativismo estatal é significativa, pois denuncia um sistema que, segundo ele, mantém uma cidadania de "duas classes": uma para os privilegiados e outra para os que confiam ingenuamente na igualdade constitucional (Franco, 1993, p. 14). Tal afirmação, além de ser uma resposta direta às críticas ao inchaço e à ineficiência do setor público, também representa um chamado à construção de uma sociedade mais igualitária. Além disso, o discurso reflete uma perspectiva protecionista moderada. O presidente reconhece a importância da inserção no mercado global, mas insiste que o Brasil deve fazê-lo a partir de uma posição de força e soberania. Ele rejeita o isolamento econômico e diplomático, mas condiciona a parceria internacional à capacidade do país de exercer controle efetivo sobre seu próprio território e recursos. Essa visão dialoga com uma tradição de pensamento nacional-desenvolvimentista, que busca equilibrar abertura econômica com proteção aos interesses nacionais.

Por fim, delineia uma visão de governo fundamentada na solidariedade social e no respeito aos cidadãos. Ele critica as elites passadas e presentes, chamando a atenção para a necessidade de o Estado liderar pelo exemplo ao tratar todos os cidadãos com igual dignidade. Esse apelo reflete um desejo de recuperar a confiança popular, não apenas por meio de palavras, mas por meio de ações concretas que demonstrem compromisso com a justiça social.

Urge cada vez mais o combate à miséria, o combate ao estado de indigência de milhões de brasileiros. A democracia não é apenas a institucional mas também aquela que gera constantemente a distribuição da renda, com um Estado mais solidário e mais eficiente (Franco, 1993, p. XV).

O discurso, em seu conjunto, aponta para uma presidência que busca conciliar a responsabilidade fiscal com a justiça social, a inserção internacional com a soberania nacional, e a modernização econômica com a preservação de valores éticos e democráticos. O presidente,

com um governo em um momento de profunda crise econômica, posiciona-se como um mediador, um construtor de pontes entre o passado recente de instabilidade e um futuro que ele esperava mais justo e equilibrado. Essa postura, ao mesmo tempo conciliadora e crítica, protecionista e pragmática, define o tom distintivo de sua liderança presidencial.

Outros elementos aparecem no discurso proferido pelo presidente na inauguração do Parlamento Latino-Americano em julho de 1993. Fica claro seu entendimento de que a integração regional não é apenas uma necessidade prática, mas uma aspiração histórica e cultural. Defende que a construção de uma unidade latino-americana deve transcender os limites do pragmatismo econômico, incorporando valores culturais e experiências humanas que celebrem a rica diversidade do continente. Nesse sentido, também destaca a importância da educação como ferramenta para a integração, citando seu envio ao Congresso Nacional de um projeto de lei para incluir o ensino do espanhol nas escolas brasileiras. Com essa proposta demonstra seu esforço prático para aproximar os países latino-americanos, reconhecendo a língua como um elemento essencial de comunicação e identidade cultural compartilhada. Portanto, ele apresenta o Parlamento como um espaço privilegiado, sugerindo que a unidade sonhada pelos "maiores" do continente, citando líderes históricos como Simón Bolívar, foi frustrada pelas circunstâncias do passado, mas permanece uma meta a ser perseguida (Franco, 2008, p. 34 e 35).

O presidente não deixa de abordar os problemas sociais que atravessam o continente, relacionando-os ao crescimento econômico desordenado e à perpetuação de desigualdades. Ele critica as ilusões de uma modernidade que causa as barreiras e problemas sociais e a incompletude da democracia, dizendo: “devemos nos acautelar contra as ilusões de uma modernidade que, em nome da abertura inevitável dos mercados, mantenha a exploração da mão-de-obra barata como pressuposto do progresso econômico” (Franco, 2008, p. 35). Ao apontar para as lições de fraternidade social dos povos originários do continente, inserindo a justiça social como um pilar indispensável para o sucesso da integração latino-americana. Essa crítica social, embora pertinente, reflete um paradoxo: como conciliar a busca por integração regional com os modelos econômicos neoliberais que dominavam à época?

Depois de mais de um ano à frente do país de forma definitiva, em 1994, discursou no Congresso Nacional na Abertura da 4ª Sessão Legislativa Ordinária. Nessa oportunidade, naturalmente demonstra a mudança de momento em relação ao seu pronunciamento de 1993. Enquanto no ano anterior o presidente se posicionava como um líder que buscava se distanciar do antecessor, enfatizando a necessidade de um novo pacto federativo e políticas sociais para combater as desigualdades regionais, neste novo momento assume um caráter mais assertivo,

desenvolvendo com maior especificidade sobre as dificuldades políticas e econômicas enfrentadas pelo Brasil. Ele adota uma postura moralizante, típica em períodos de crise, com o objetivo de legitimar sua ação governamental, refletindo sobre as falhas do sistema político e propondo soluções para os problemas nacionais. Visa não apenas reafirmar sua autoridade, mas também buscar uma nova confiança popular e institucional em um período ainda turbulento, marcado pela grave crise econômica.

Desde o início de seu discurso, aborda de maneira direta o impacto da corrupção, especialmente nas elites empresariais e políticas, ressaltando como o sistema eleitoral, caracterizado por altos gastos de propaganda, corrompeu a política e a administração pública. Essa crítica não se limita a uma simples observação, mas sim a uma acusação sobre os mecanismos que tornam a corrupção possível, destacando a relação entre financiadores de campanhas e suas expectativas de retorno financeiro. Ao apontar para os vícios desse sistema, Franco (1994, p. XI) propõe a necessidade urgente de uma reforma eleitoral, de um sistema herdado da Constituição de 1946, de modo que permita uma representação mais legítima e democrática, livre das distorções.

A centralização administrativa, herança do Império, é outro alvo da crítica. Ele argumenta que a excessiva concentração de poder no Governo Federal tem retardado as soluções para problemas locais e multiplicado custos, além de abrir espaço para desvios. Ao enfatizar a necessidade de descentralização e um federalismo efetivo, Itamar não só aponta as falhas do modelo centralizador, mas também sugere um caminho para uma maior autonomia dos Estados e Municípios, o que segundo ele é essencial para a modernização do Brasil e para a redistribuição de responsabilidades dentro da federação. Este ponto reflete uma tentativa de criar um governo mais eficiente, onde a administração pública seja mais próxima das necessidades da população local, sem os entraves de uma burocracia central (Franco, 1994, p. XII).

A abordagem sobre a inflação e a correção monetária reflete uma compreensão de que os problemas econômicos transcendem a esfera técnica e se entrelaçam com questões sociais e morais. Ao identificar a inflação como um fator de injustiça social, ele não apenas destaca seus efeitos sobre os mais pobres, mas também sugere que a gestão econômica do país precisa ser reorientada para corrigir esses desequilíbrios. Sua crítica à correção monetária, que favorece os ricos e agrava a deterioração do poder de compra dos trabalhadores, implica uma análise sobre como as políticas econômicas podem aprofundar desigualdades estruturais. A proposta de uma abordagem mais prudente e ajustes nas contas públicas, em vez de choques econômicos, reflete a tentativa de buscar um equilíbrio entre o controle inflacionário e a manutenção da

estabilidade social. Nesse contexto, Itamar sugere uma reestruturação do modelo econômico, propondo medidas que, ao invés de focarem em soluções rápidas e drásticas, busquem uma recuperação gradual, que leve em conta o impacto das políticas nas camadas sociais mais vulneráveis, sem gerar grandes rupturas ou distúrbios na confiança da população (Franco, 1994, p. XIII).

O discurso de 1994 revela uma clara estratégia de reposicionar o Brasil no cenário internacional, com ações concretas que buscavam fortalecer a presença do país tanto na América Latina quanto no mundo. A ampliação do Mercosul, com o intercâmbio comercial dobrando em dois anos foi um exemplo claro dessa busca por maior integração regional, junto à criação de uma área de Livre Comércio Sul-Americana que unia o Mercosul, o Grupo Andino e a Iniciativa Amazônica, envolvendo também o Chile. Além disso, Itamar deu ênfase ao estreitamento das relações com os países de língua portuguesa, impulsionando a criação de uma comunidade cultural e política que visava fortalecer os laços históricos entre as nações lusófonas. No plano global, o Brasil assumiu um papel mais ativo nas Nações Unidas, com a proposta de uma "Agenda para o Desenvolvimento" e a participação em missões de paz em regiões como Angola, Moçambique e El Salvador. Também se buscou uma aproximação com potências econômicas emergentes, como a China, e a intensificação dos laços com países do Oriente Médio. Ao destacar essas iniciativas, o discurso refletiu a intenção do Brasil de consolidar sua posição de liderança regional e aumentar sua influência nas questões globais, enquanto navegava pelas complexas transformações políticas e econômicas do pós-Guerra Fria (Franco, 1994, p. XV, XVI, XVII)

Apesar do interesse em reposicionar o Brasil internacionalmente, com seu jeito mineiro prudente e pragmático sempre voltava para importância de se pensar como pré requisito no nacional. Nessa oportunidade faz uma crítica a concentração de poder e privilégios entre certos grupos, e destaca-se a necessidade de uma distribuição mais justa da renda e de um salário igual para trabalho igual. A questão da injustiça social é apresentada como um obstáculo para o desenvolvimento econômico e social do Brasil e para inspirações outras.

Entendemos que a primeira e mais importante de todas as missões do Estado é a de promover a coesão da sociedade nacional, de forma a que ela possa crescer em sua identidade no mundo. Nos últimos anos, o Governo vinha agindo como se se interessasse por apenas uma parcela, e parcela menor, de brasileiros. **É evidente que não podemos, e nem poderíamos, em tão poucos meses, integrar na economia e na cultura moderna as dezenas de milhões de compatriotas marginalizados. Mas não se poderá negar a este Governo ter estimulado, na cidadania, os sentimentos naturais de solidariedade.** Assim o fizemos, ao criar o Conselho de Segurança Alimentar, a par de outras iniciativas. Estamos convencidos de que a segregação, pela injustiça social, da maioria de nossos irmãos, não pode continuar, sob pena da desagregação nacional. A essa situação já devemos o deplorável estado de nossas cidades maiores, com o atrevido crescimento de áreas controladas por bandidos

vulgares, e com a insegurança geral de todos (Franco, 1994, p. XVIII, destaque do autor).

Temos, sobre isso, números que envergonham e amedrontam. A participação do trabalho, em geral, no Produto Interno Bruto, era, há trinta anos, de cerca de 60%, e hoje se situa em menos de 30%. Isso significa que **os assalariados, em geral, perderam 50% do poder aquisitivo. Sendo assim, a alta remuneração de setores da classe média, no aparelho do Estado e nas empresas privadas, torna mais repulsiva ainda a situação de injustiça.** Como o Estado pode pagar, como vem pagando, a muitos funcionários, remuneração que equivale a mais de cem vezes a de um trabalhador não especializado? Que doutrina moral ou científica pode atribuir a um só homem tanto valor no chamado "mercado" de trabalho? (Franco, 1994, p. XIX, destaque do autor).

Portanto, o que se observou foi uma reflexão crítica sobre as estruturas políticas e econômicas do Brasil, apontando falhas históricas e propondo caminhos para a renovação e a estabilização do país. Ao criticar a corrupção, a centralização do poder, a inflação e a exclusão social, o presidente não apenas denuncia as mazelas da política brasileira, mas também sugere soluções pragmáticas para os problemas enfrentados, defendendo uma reforma política e administrativa que permita ao Brasil avançar em direção a uma sociedade mais justa e democrática. Ao enfatizar a relação com o Congresso e a política externa, ele demonstra uma visão estratégica de governo, buscando legitimar sua liderança em um momento de transição e reconstrução do país. O discurso, portanto, não é apenas uma prestação de contas, mas também um projeto de reconstrução moral e política, em que o presidente se coloca como um mediador entre os diferentes interesses e como defensor de um Brasil mais equilibrado e justo.

O discurso enfatiza a necessidade de uma estratégia cautelosa de defesa nacional, dada a complexidade dos desafios internos e externos enfrentados pelo Brasil. Ele aborda problemas sociais graves, como o desemprego e o aumento da intolerância racial e nacionalista, observados na Europa, alertando para a importância da segurança e soberania latino-americana. Nesse contexto, o discurso propõe investimentos em defesa territorial e no desenvolvimento social, com especial destaque para a educação e a pesquisa científica, que são vistas como essenciais para a segurança nacional e o avanço econômico. O Brasil, ao olhar para sua própria história de crescimento, de 1870 a 1970, projeta uma recuperação econômica sustentada, vinculado à consolidação de instituições democráticas que promovam o progresso material e cultural. A cidadania é colocada como uma responsabilidade do Estado, garantindo condições de vida dignas para todos os cidadãos, incluindo acesso à educação e trabalho. A luta contra a violência e a corrupção também é central no discurso, propondo ações efetivas, como a investigação de denúncias e a melhoria da transparência na administração pública, para assegurar um ambiente mais ético e justo. Finalmente, o texto reforça a importância da colaboração entre os poderes e a população na construção de uma nação mais justa e

democrática.

Por fim, em 10 de fevereiro de 1994 no Memorial JK, durante um jantar oferecido aos chanceleres de língua portuguesa, em um evento que reafirmava os laços entre os países de expressão lusófona, mais uma vez parte do ideário do presidente fica evidenciado em seu discurso. O contexto estava diretamente relacionado à consolidação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), destacando a importância do diálogo diplomático, a cooperação internacional e o fortalecimento da solidariedade entre nações unidas por um patrimônio cultural e histórico comum. Assim sendo, foi marcado por uma estrutura formal e profundamente simbólica. O presidente de forma bem sucedida articula passado, presente e futuro. Inicia com uma homenagem a Juscelino Kubitschek, descrito como um "construtor de futuro" que moldou o desenvolvimento econômico do Brasil. Ao resgatar a memória do ex-presidente, vincula sua gestão ao legado de um estadista visionário, reforçando a continuidade histórica entre os avanços estruturais do passado e os desafios contemporâneos.

Outro ponto importante é o reconhecimento do papel da CPLP como um instrumento diplomático para enfrentar desafios globais e regionais. O presidente salienta o compromisso brasileiro com questões humanitárias, como a luta contra o racismo e o apoio à pacificação de Angola e Moçambique, duas nações lusófonas marcadas por conflitos intensos. A menção ao "passaporte contra o racismo" e aos esforços humanitários reafirma os valores de igualdade e solidariedade como pilares da política externa brasileira naquele momento. Ademais, o discurso evidencia a centralidade da cidadania como eixo de ação política, destacando iniciativas como o Consea e a Campanha pela Cidadania, lideradas por figuras de grande relevância social como Dom Mauro Morelli e Betinho. A referência à candidatura do segundo citado ao Prêmio Nobel da Paz simboliza o alinhamento do governo com movimentos sociais (Franco, 2008, p. 50).

Em termos analíticos, o discurso revela um equilíbrio entre celebração histórica e pragmatismo político. A escolha do Memorial JK como local do evento, assim como a homenagem a Dona Sarah Kubitschek, insere a ocasião em um cenário de memória e respeito à tradição política brasileira, mas sem perder de vista os desafios concretos enfrentados pela comunidade lusófona. O presidente utiliza elementos de continuidade histórica para construir uma narrativa de liderança e cooperação, ao mesmo tempo em que reafirma o compromisso do Brasil com questões éticas e humanitárias. Nesse sentido, expressa uma visão de diplomacia que alia valores universais a iniciativas concretas, situando o Brasil como um mediador no contexto internacional. Posteriormente à presidência, aprofundou sua experiência diplomática ao ser indicado por FHC para os cargos de embaixador do Brasil em Lisboa (1995-1996) e, em

seguida, na OEA (1996-1997). Anos depois, durante o governo Lula, voltaria à diplomacia como embaixador brasileiro em Roma (2004-2005), consolidando sua atuação internacional e reforçando sua trajetória como um estadista de projeção além das fronteiras nacionais.

Conclusão

A análise dos discursos presidenciais de Itamar Franco entre 1992 e 1994 evidencia que sua retórica não foi mero adereço institucional, mas um recurso fundamental para a reconstrução da autoridade presidencial em um momento de transição política marcado por descrença pública, fragmentação partidária e urgências econômicas. Longe de representar um conjunto de mensagens protocolares, suas falas revelam uma estratégia deliberada de produção simbólica do poder, em que o vocabulário moralizante, centrado em justiça social, soberania, combate à corrupção e crítica à “falsa modernidade”, buscava organizar sentidos compartilháveis para o governo, mesmo em meio à instabilidade e à ausência de base eleitoral própria. A presidência de Itamar, portanto, mobilizou o discurso como instrumento de mediação entre as contradições de um sistema político em crise e a necessidade de apresentar um horizonte minimamente confiável de governabilidade.

Ao longo dos pronunciamentos analisados, constata-se a tentativa de construir uma narrativa que combinasse moderação institucional, nacionalismo econômico e compromisso social, sem romper com a agenda de reformas já em curso. O resultado foi um léxico de conciliação moral, no qual categorias como “rigor fiscal”, “pacto federativo”, “republicanismo” e “solidariedade” conviviam com os imperativos do presidencialismo de coalizão. Essa escolha retórica, ainda que pragmática, estava ancorada em uma concepção de Estado que rejeitava tanto a centralização imperial quanto a entrega acrítica ao mercado. Em vez de anunciar rupturas, Itamar buscava suturas, mas sempre a partir de um lugar simbólico em que o presidente se apresentava como fiador da justiça possível, mesmo diante de restrições severas.

O discurso moralizante que permeia sua atuação não deve ser lido como simples recurso populista ou como disfarce para um governo inócuo, mas como uma tentativa genuína e limitada de recompor a legitimidade política por meio da linguagem. Essa tentativa, contudo, não escapou às contradições estruturais do modelo político brasileiro. A retórica do “pacto”, do “equilíbrio” e da “inclusão” colidia, frequentemente, com as exigências das coalizões parlamentares, as pressões do mercado financeiro e as ambiguidades do próprio aparelho estatal. A ênfase em valores éticos e no papel social do Estado coexistia com concessões à

tecnocracia e à continuidade de políticas herdadas, o que tornava a fala presidencial um campo de negociação entre ideais e possibilidades. A tensão entre o discurso e a prática, tão presente nas falas de Itamar, revela menos uma falha de coerência pessoal do que uma característica constitutiva da presidência em tempos de crise.

Ao adotar um enfoque estritamente discursivo, este estudo procurou justamente evidenciar essa tensão, sem cair na tentação de medir coerência programática ou eficácia administrativa. Ao invés disso, buscou-se compreender o esforço de construção simbólica de legitimidade em uma conjuntura desfavorável, por meio de escolhas vocabulares, imagens morais e gestos discursivos que tentaram redefinir o lugar do presidente e do Estado na vida nacional. Essa abordagem permitiu observar como a linguagem presidencial atuou como ferramenta política de recomposição institucional, e como certas categorias como “ética pública”, “nacionalismo responsável”, “coesão social”, foram mobilizadas para oferecer um horizonte de sentido diante do descrédito generalizado.

Ao fim, a retórica de Itamar Franco oferece um registro das possibilidades e limites da moralização da política como projeto de recomposição democrática. Sua ênfase em justiça social, descentralização e solidariedade apontava para um modelo de Estado que resistia ao desmonte promovido pela lógica do mercado, ao mesmo tempo em que evitava o confronto direto com as forças conservadoras que sustentavam sua base. Essa ambivalência, longe de desqualificar seu discurso, confere-lhe valor analítico: é precisamente no entrelaçamento entre os valores enunciados e as restrições do sistema que se revela a densidade histórica de sua presidência. Revisitar esses discursos, portanto, não é apenas um exercício de memória, mas uma forma de compreender os recursos simbólicos que se ativam, e os limites que se impõem, quando se tenta restaurar a legitimidade política sem reformar em profundidade os mecanismos de poder que a corroem.

Referências

ABRANCHES, Sérgio. *Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro*. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996. p. 57-98.

BOURDIEU, Pierre. *O campo político*. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 1, p. 193-216, 1996.

COSTA, Tarcísio. Os anos 90: o ocaso do político e a sacralização do mercado. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo:

Senac, 2000. p. 263-284.

DANTAS, Edna. Itamar continua filiado ao PRN: presidente poderia disputar eleições. *Folha de S.Paulo*, São Paulo, 1 mar. 1994. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/3/01/brasil/12.html>. Acesso em: 27 jun. 2025.

FILGUEIRAS, Fernando. *Corrupção, democracia e legitimidade*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

FRANCO, Itamar. *Mensagem ao Congresso Nacional, na abertura da 3ª Seção Legislativa Ordinária da 49ª Legislatura*. Brasília: Presidência da República, 1993.

FRANCO, Itamar. *Mensagem ao Congresso Nacional, na abertura da 4ª Seção Legislativa Ordinária da 49ª Legislatura*. Brasília: Presidência da República, 1994.

FRANCO, Itamar. *Presidente (1992-1994): seleção de discursos do presidente Itamar Franco*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

HIRST, Mônica; PINHEIRO, Leticia. A política externa do Brasil em dois tempos. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 38, n. 1, p. 5-23, 1995.

OLIVEIRA, Bárbara Vital de Matos. *Entre lembranças, esquecimentos e silenciamentos: trajetória e legado de Itamar Franco*. 2022. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2022.

PINTO, Céli Regina Jardim. *A banalidade da corrupção*. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

PROST, Antoine. As palavras. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996. p. 295-330.

SALLUM JR., Brasília. *O impeachment de Fernando Collor: sociologia de uma crise*. São Paulo: Editora 34, 2015.

SALLUM JR., Brasília. O governo Itamar e a democracia de 1988. *Sociologia & Antropologia*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 279-303, 2021.

YAZBECK, Ivanir. *O real Itamar: uma biografia*. São Paulo: Gutenberg, 2011.